
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

ENTRE O ASSISTENCIALISMO

E O COMPROMISSO

COM O POVO*

JÚLIO DA SILVEIRA MOREIRA**

Resumo: pensa a extensão universitária na relação universidade/sociedade. O modelo economicista/productivista instrumentaliza a universidade para o mercado e reduz a amplitude do seu fazer acadêmico. A reforma universitária de Córdoba/1918 lançou outro caminho, abrindo a universidade às lutas populares por grandes transformações históricas. Critica o assistencialismo recordando as diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária.

Palavras-chave: Extensão universitária. Universidade operacional. Assistencialismo. Reforma universitária.

A extensão universitária aparece como uma das bases do ensino superior brasileiro, justificando a sua função social, ou seja, representando a preocupação com que as atividades de ensino e pesquisa das instituições de ensino superior sejam aproveitadas pela sociedade, sobretudo na intervenção em grandes problemas sociais e na realização dos chamados direitos humanos. A pergunta fundamental deste artigo é de que maneira a extensão intervém na sociedade, se ela tem o potencial de promover mudanças efetivas ou se atua de forma assistencialista. Lembrando Santos (1999, p. 163): “a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas parcelares”. Para responder, é preciso uma autorreflexão sobre como os próprios professores, alunos e demais membros da comunidade universitária concebem o seu trabalho na extensão e se imprimem a ele uma dimensão transformadora. Este artigo traz bases para essa reflexão.

O trinômio pesquisa, ensino e extensão está nos planos de desenvolvimento institucional e nos projetos político-pedagógicos de todas as instituições universitárias do país.

* Recebido em: 06.11.2014. Aprovado em: 21.11.2014.

** Doutor em Sociologia, UFG. Professor da Escola de Direito e Relações Internacionais da PUC Goiás. Membro do Programa de Direitos Humanos (PDH) da PUC Goiás. E-mail: julio.s.moreira@gmail.com.

Cabe questionar, porém, de que maneira essas centenas de instituições realizam e concebem a extensão. Minicursos abertos à comunidade, feiras de ciência, ações sociais para prestação de serviços e doações com caráter de caridade podem ser incluídos como atividades de extensão, e podem gerar belos relatórios de prestação de contas ao Ministério da Educação, mas será que isso é realmente extensão?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 1996, estabelece que uma das finalidades do ensino superior é “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (art. 43, inciso VII). Depois, diz em seu art. 52 que “as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”. Portanto, uma instituição de ensino superior só pode ser considerada universidade se, entre outros critérios, possui a atividade de extensão integrada às atividades de ensino e pesquisa em todas as áreas do conhecimento.

A extensão representa a derrubada dos muros da universidade, é quando o estudante, o pesquisador e o professor colocam em questão a utilidade e repercussão social do que fazem, e partem para apoiar as causas populares.

Fundada na Europa entre os séculos XI e XIII, a universidade possuía uma estrutura de clausura, semelhante à dos mosteiros e os conventos, com uma lógica hierárquica e meritocrática baseada em exames e outorgas de graus (PONCE, 2003), embora tenha sido um *locus* de ascensão ideológica e social da burguesia e tenha assumido diferentes papéis em relação à transformação social, ao longo de sua história. O certo é que sua estrutura monástica fundante deixou marcas essenciais na concepção de universidade, e refletem numa resistência em absorver as demandas e lutas das classes populares.

A partir do século XIX, o apelo à interlocução com a sociedade veio com um viés instrumentalista, também chamado de economicista ou produtivista. A universidade e, especialmente, a pesquisa teriam o papel de colaborar com a empresa capitalista. Trata-se de um papel instrumental de auxiliar no avanço técnico e tecnológico de qualquer grande empresa que estivesse investindo em uma instituição universitária. As expressões flexibilização e parceria público-privada são símbolos dessa concepção na atualidade, promovendo um retrocesso na concepção de autonomia universitária.

Se estas [as universidades] se permitirem impor a investigação de temas intrinsecamente pouco importantes, mas economicamente muito relevantes, o resultado será, provavelmente, o de investigadores capazes serem desviados para a investigação de rotina empreendida apenas em razão da sua rentabilidade (SANTOS, 1999, p. 176).

No modelo acima, os vultosos financiamentos de grandes companhias são obtidos à custa da perda de autonomia e da diferenciação, no interior da instituição, entre os projetos com muitos recursos e aqueles com poucos recursos por serem economicamente irrelevantes; as pressões de curto prazo da empresa colidem com as perspectivas de longo prazo próprias da prática científica. Enfim, “a distorção comercial acaba por transformar-se numa distorção institucional” (SANTOS, 1999, p. 177).

Chauí faz observações semelhantes ao tratar da universidade operacional, analisando os impactos da reforma neoliberal do Estado, aprofundando as contradições de antes:

regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional [...] Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas (CHAUÍ, 1999, p. 3).

Tal instituição permanece, num nível ainda mais profundo, alijada da preocupação com os grandes problemas sociais, até mesmo funcionando em sentido contrário, como um instrumento de aprofundamento da desigualdade social.

Uma mudança estrutural se processou na universidade latino-americana, com os horizontes transformadores da greve dos estudantes de Córdoba, Argentina, em 1918, que declararam:

a partir de hoje contamos para o país uma vergonha a menos e uma liberdade a mais. As dores que permanecem são as liberdades que faltam. Cremos não estar equivocados, as ressonâncias do coração nos advertem: estamos pisando sobre uma revolução, estamos vivendo uma hora americana. [...] As universidades têm sido até aqui o refúgio secular dos medíocres, a renda dos ignorantes, a hospitalização segura dos inválidos e – o que é ainda pior – o lugar onde todas as formas de tiranizar e de insensibilizar encontraram a cátedra que as ditasse. As universidades chegaram a ser assim o fiel reflexo destas sociedades decadentes, que se empenham em oferecer o triste espetáculo de uma imobilidade senil (MANIFIESTO, 2008, p. 194).

A greve universitária de Córdoba é histórica porque não reivindicava apenas questões pontuais e localizadas. Reivindicava e construía, através da mobilização, uma nova concepção de universidade, em um período em que toda a América Latina passava por mudanças e buscava um pensamento social autêntico, vivo e liberto das fórmulas importadas dos países colonizadores: “os estudantes de toda a América Latina, ainda que movidos para a luta por protestos peculiares de sua própria vida, parecem falar a mesma linguagem” (MARIÁTEGUI, 1928, p. 122). O legado dessa greve está presente na concepção atual de universidade, por exemplo, com os princípios da liberdade de cátedra e de autonomia universitária.

Uma marca dessa nova concepção de universidade era o contato com a vida social. Dentro disso estava a proposta da universidade popular, levando a uma concepção totalizante da extensão universitária. Nos ecos de Córdoba, os estudantes do Chile declararam, em 1921, ao lado dos princípios de autonomia universitária, reforma do sistema docente, liberdade de cátedra e revisão dos métodos e conteúdo dos estudos, a “extensão universitária, atuando como meio de vinculação efetiva da universidade com a vida social” (MARIÁTEGUI, 1928, p. 128).

Na segunda metade do século XX, essas aspirações voltaram a contagiar as universidades de todo o mundo. Em 1959, Che Guevara (1981, p. 88) dizia que a universidade deveria “pintar-se de negro, de mulato, de operário, de camponês, ou ficar sem portas, e o povo a arrebenará e pintará a universidade com as cores que melhor lhe pareça”; propunha que os professores e alunos chegassem até o povo, e para tanto deveriam sentir-se povo e vibrar com suas lutas. Entre 1966 e 1976, esses ideais também inspiraram a Revolução Cultural

chinesa, que defendia a abertura da universidade às classes populares, o ensino voltado para os problemas práticos da vida, o fim da separação entre trabalho intelectual e trabalho manual. O princípio era viver, trabalhar e lutar com o povo. Esses ecos também ressoaram na Europa, no histórico maio de 1968. Em Paris, um processo marcante no movimento estudantil foi a decisão de apoiar os movimentos de trabalhadores e ir às ruas com eles.

Em meio a um processo mundial de lutas, a concepção de universidade e seu distanciamento das causas populares foram amplamente criticados durante a década de 1960.

A universidade foi criticada quer por raramente ter cuidado de mobilizar os conhecimentos acumulados a favor de soluções dos problemas sociais, quer por não ter sabido ou querido por a sua autonomia institucional e a sua tradição de espírito crítico e de discussão livre e desinteressada ao serviço dos grupos sociais dominados e seus interesses (SANTOS, 1999, p. 178).

Para esse autor, a universidade possui uma singularidade nas sociedades contemporâneas, que é a capacidade compreender o mundo através do método científico, de pensar a si própria enquanto pensa a sociedade, pensando até as raízes as razões pelas quais não pode agir em conformidade com o seu pensamento. No *lôcus* universitário se combinam e confluem as três racionalidades da modernidade: “a racionalidade cognitivo-instrumental das ciências, a racionalidade moral-prática do direito e da ética e a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura” (SANTOS, 1999, p. 193). Porém, as contradições próprias da sociedade, expressas também dentro da universidade, são propensas ao cenário de crise de hegemonia, crise de legitimidade e crise institucional. A extensão universitária sucumbe a esse cenário.

A extensão limita seus horizontes quando é praticada apenas para fazer números para a instituição e ações assistenciais que não incluem uma reflexão sobre as desigualdades na estrutura social, sem um compromisso de intervenção e transformação da realidade. Em outras palavras, “as atividades de extensão procuraram ‘extender’ a universidade sem a transformar; traduziram-se em aplicações técnicas e não em aplicações edificantes da ciência” (SANTOS, 1999, p. 198).

Pensando sobre a transformação das concepções de extensão universitária no Brasil no início da década de 1960, o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEU, 2001, p. 3) afirma: “do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações desenvolvidas pela extensão; de função inerente à universidade, a extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os movimentos sociais que estavam surgindo”.

Nesse documento, a extensão universitária é definida como “a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade” (PNEU, 2001, p. 2). Assim, corrobora as reflexões de Santos (1999) sobre o poder que a extensão tem de transformar a própria universidade. Vale a pena transcrever os princípios básicos da política de extensão constante do documento, para que se permita sua análise integral:

- a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
- a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a insti-

tuição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;

- a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;
- a ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
- a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
- a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania (PNEU, 2001, p. 7).

É claro que a maior parte dos programas de extensão estão distantes da realização plena dos princípios acima. Mas, quando os membros dos programas refletem sobre eles e os levam em conta, é possível sua realização. Daí a importância de envolver alunos, funcionários e professores, deixando as portas abertas para propostas e projetos de intervenção na realidade social e abrindo também suas portas para os clamores dos movimentos sociais. Um importante exemplo, que precisa ser avaliado de maneira construtiva, são as experiências dos núcleos de assessoria jurídica universitária popular existentes em várias universidades em todo o país, que transformam a concepção tecnicista dos tradicionais núcleos de prática jurídica e realizam a defesa jurídica em situações tais como prisões arbitrárias e ocupações urbanas de luta pela moradia.

No momento em que as portas da universidade são abertas à sociedade, ou, dito de outra maneira, que os muros da universidade são derrubados e alunos, professores e funcionários passam a conviver lado a lado com os problemas do povo, a extensão deixa de ser um programa à parte e seu sentido passa a impregnar todas as atividades acadêmicas de ensino e pesquisa.

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino (SANTOS, 1999, p. 195).

As manifestações de junho de 2013 elevaram na consciência nacional o compromisso coletivo com o futuro do país. Num tempo em que o capitalismo em crise prega o individualismo, o êxito individual a qualquer custo e a defesa ativa do conformismo, a onda de manifestações lançou uma faísca de reflexão em todos os brasileiros, e desatou um processo sem volta segundo o qual o protesto e a reivindicação, em suas variadas formas, são práticas eficazes na defesa de direitos coletivos. Muitas pessoas se deram conta de que os jovens vão às

ruas porque querem um país diferente, lutam por um avanço coletivo na sociedade, a ponto de se lançarem diante de obstáculos tais como o preconceito, a perseguição, a repressão e a fábrica de opiniões dos monopólios de comunicação. As universidades e os universitários são parte desse grande movimento de transformação.

Temos em nosso horizonte o momento em que não haverá mais sentido falar de aproximação entre a universidade e o povo, pois se tornarão uma só coisa. As chamadas dos estudantes de Córdoba de 1918, dos estudantes de Paris de 1968 e da juventude brasileira das Jornadas de Junho de 2013 nos mostram que esse horizonte está próximo. E, mais que um mero desejo futuro, ele se constrói hoje, em experiências positivas, ainda que isoladas e pouco conhecidas, em muitas universidades do país.

UNIVERSITY EXTENSION BETWEEN THE ASSISTENTIALISM AND THE COMMITMENT WITH THE PEOPLE

Abstract: it thinks university extension in the relation university/society. The productivist/economist model instrumentalizes the university to market and reduces the amplitude of its academic making. The university reform of Córdoba/1918 launched another path, opening the university to popular struggles for major historical transformations. Criticizes the assistentialism recalling the guidelines of the National Plan of University Extension.

Keywords: *University extension. Operational university. Assistentialism. University reform.*

Referências

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. *Folha de São Paulo*, 9 maio 1999. Caderno Mais!

GUEVARA, Che. Que a universidade se pinte de negro, de mulato, de operário, de camponês. In: _____. *Textos políticos e sociais*. Trad. Antônio da Graça Souza. São Paulo: Edições Populares, 1981.

MANIFIESTO. La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sudamérica. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo; ABOITES, Hugo (compiladores). *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

MARIÁTEGUI, José Carlos. La reforma universitaria: ideología y reivindicaciones. In: _____. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. 16. ed. Lima, Peru: Amauta, 1969.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na Pós-Modernidade*. 7. ed. Porto, Portugal: Afrontamento, 1999.

PNEU - Plano Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Edição Atualizada, 2001.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. Trad. José Severo de Camargo Pereira. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2003.